Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 3342/2016

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando o resultado obtido em sede de procedimento concursal, desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, para o cargo de Subdiretor-Geral da Política da Justiça e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto, e do despacho de delegação de competências 977/2016, de 20 de janeiro:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência do procedimento concursal, a licenciada Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Subdiretor-Geral da Política da Justiça, a que se referem o n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016.

26 de fevereiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedrosa*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha
Data de nascimento: 12 de março de 1959

Formação académica e profissional

Doutoranda em Ciências Sociais com especialização em Administração Pública, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

2005 — Diploma de 3.º Ciclo em Direito Comparado Europeu, na Faculdade de Jurisprudência de Urbino, Itália, com a defesa da tese “Fraude Fiscal na UE — Fraude Carrossel”;

2002/2003 — Pós-graduação em Direito Fiscal, Universidade de Direito de Lisboa;

1994 — Licenciatura em Direito na vertente jurídico-económica (Universidade Internacional).

2008 — CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, Instituto Nacional de Administração; 2005 — Seminário de Alta Direção, Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional

Desde Julho de 2014 — Consultora Jurídica na Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Administração Tributária e Aduaneira (AT).

2012 a 2014 — Administradora da Imprensa Nacional Casa da Moeda

2011 a 2012 — Vogal da Comissão Conjunta do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique;

2011 a 2012 — Elemento do Grupo de Trabalho para aplicação do PREMAC, por nomeação do Ministro de Estado e das Finanças;

2011 a 2012 — Chefe do Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças do XIX Governo Constitucional.

2009 a 2011 — Chefe do Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade do XVIII Governo Constitucional

2007 a 2009 — Vice-Presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública

2006 — Membro do Grupo de Trabalho “Fusão dos Serviços Sociais da Administração Pública” por nomeação do Secretário de Estado da Administração Pública;

2005 a 2006 — Chefe de Missão de diversas ações de formação na Roménia e Bulgária, sobre “Fraude — IVA”, num projeto sob coordenação da Comissão Europeia (OLAF e DGE);

2005 a 2007 — Chefe de Divisão da Legislação Comunitária II — DGAERI — MFAP

2004 a 2005 — Assessora no Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública do XVI Governo Constitucional;

2004 — Nomeada representante do Ministro da Segurança Social e do Trabalho, no Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres;

2004 — Assessora no Gabinete do Ministro da Segurança Social e do Trabalho do XV Governo Constitucional;

Março 2004 — Afetação à Direção de Serviços dos Benefícios Fiscais, área internacional

2003 a março 2004 — Assessora do Subdiretor Geral da Gestão dos Impostos;

2000 a 2003 — Assessora da Subdiretor-Geral do IVA;

1998 — Representante da DGCI como perita tributária, junto dos Comissários dos Pavilhões Internacionais na EXPO 98;

1997 a 1998 — participação em equipa de trabalho composta por 4 pessoas com a finalidade de fazer um “Manual” do Código do IVA/RITI/Legislação do IVA, destinado a ser introduzido na Internet, Infocid e intranet da DGCI;

1994 a 2000 — Perita Tributária na Direção de Serviços do IVA;

1987 a 1994 — Coordenadora — Direção de Serviços de Cobrança do IVA;

1987 — Funções de Liquidadora Tributária na Direção de Serviços de Reembolso do IVA;

1984 a 1986 — Liquidadora Tributária em Repartição de Finanças;

1981 a 1984 — Colaboradora num escritório de advogados.

Formadora

Team Leader (a convite dos serviços da Comissão Europeia) em ações de Formação, realizadas pelo programa TAIEX da União Europeia sobre *Prevention, Detection and Investigation of VAT Frauds* na Bulgária e Roménia (2006 e 2007), *VAT e Community's own resources accruing from value added tax* na Eslováquia (2007 e 2008), *Implementation of VIES in preaccession, Aspects of Informal Economy and VAT e Approximation to VAT Community Legislation* na Turquia e Albânia (2008 e 2009).

Formadora no campo fiscal, nomeadamente em ações de formação da ATOC.

Formadora no Tribunal de Contas.

Formação contínua

Frequência de diversas ações donde se destacam:

Normas de conduta e política de segurança de informação — 23/11/2015 a 3/12/2015

SMARTDOC — Gestão de Documentos, CEGER, Presidência do Conselho de Ministros, 2010;

SMARTDOC — Diplomas, CEGER, Presidência do Conselho de Ministros, 2010;

Oficinas de Legislação — SIMPLEGIS, CEJUR, Presidência do Conselho de Ministros, 2010 e 2011;

O Memorando de Entendimento entre a EU/BCE/FMI e Portugal sobre Política Económica e Financeira: Responsabilidades da Administração Pública na sua Execução INA, 2011,

Curso Geral de Segurança Matérias Classificadas, Autoridade Nacional de Segurança, 2010;

O Novo Regime de Contratação Pública, INA, 2008

Mainstreaming de Género nas Políticas Públicas: requisito de Boa Governação, INA, 2011;

SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho, INA, 2007;

O Contributo das Auditorias Internas para Melhorar a Gestão da Qualidade, INA, 2007;

Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional, CITE, 2004;

A Importância da Avaliação na Implementação de Projetos Cofinanciados pelos Fundos Estruturais, INA, 2007;

Seminário sobre Cibercrime, Ministério da Justiça e Conselho da Europa, 2006;

Regime Jurídico da Função Pública, Curso livre ministrado pelo Prof. Doutor Freitas do Amaral, Universidade Internacional, outubro-dezembro de 1987.

Participação no Fórum *Lisbon Group on Leadership and Organization Studies* (2015), no Colóquio Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego (2005), na Conferência sobre Direito da Concorrência organizada por NPF Pesquisa e Formação (1998), no XXXV Congresso da Liga Internacional de Direito da Concorrência (1998) tendo integrado o Comité de Organização e no Congresso de Direito Internacional (1997)

209391298